

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL	QUESTÕES	LEI
1) Dos direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º)	☐	☐
2) Dos direitos sociais (art. 6º a 11)	☐	☐
3) Da nacionalidade (art. 12 e 13)	☐	☐
4) Da administração pública – disposições gerais (art. 37 e 38)	☐	☐
5) Da administração pública – dos servidores públicos (art. 39 a 41)	☐	☐
6) Do Poder Judiciário – disposições gerais (art. 92)	☐	☐

METODOLOGIA SIMPLES E OBJETIVA

LEI SECA

QUESTÕES

TEXTO DA CF

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- Estrangeiros: a CF exige “residentes”
- VILISEPRO

VUNESP - 2014 - Juiz Estadual (TJ PA).

O texto constitucional, em seu art. 5.º, caput, prevê expressamente valores ou direitos fundamentais ao ditar literalmente que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito

- A) à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- B) à vida, à liberdade, à segurança, à intimidade e à dignidade.
- C) à vida, à dignidade, à intimidade e à igualdade.
- D) à vida, à liberdade, à fraternidade, à dignidade.
- E) à vida, à liberdade e à intimidade.

TEXTO DA CF

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

- Princípio da igualdade
- Cuidado: pode ter diferença, desde que justificada.

VUNESP - 2022 - Técnico Legislativo (ALESP)

E) “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.”

VUNESP - 2014 - Assistente (Pref Atibaia)

C) homens e mulheres são iguais em direitos. As obrigações são definidas conforme o gênero.

TEXTO DA CF

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

- princípio da legalidade
- legalidade pública x legalidade privada

VUNESP - 2024 - Técnico (Pref SBC)

O dispositivo constitucional que assegura que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei corresponde ao princípio da

- A) Legalidade.
- B) Igualdade.
- C) Liberdade.
- D) Soberania popular.
- E) Segurança jurídica.

VUNESP - 2021 - Soldado da Polícia Militar

A) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de ordem expressa de autoridade pública competente.

VUNESP - 2020 - Analista de Gestão

E) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

VUNESP - 2019 - Guarda Civil Municipal

A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, decreto ou qualquer ato administrativo devidamente publicado.

TEXTO DA CF

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

- vedação absoluta
- sem exceção

VUNESP - 2018 - Profissionais de Engenharia

B) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, com exceção aos casos de crime contra a pátria e suas autoridades.

VUNESP - 2015 - Sargento da Polícia Militar

D) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, senão em virtude de lei.

VUNESP - 2013 - Agente de Apoio

C) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

TEXTO DA CF

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

- vedado = proibido

VUNESP - 2025 - Assistente Operacional II

A) É livre a manifestação da liberdade de expressão e do pensamento, sendo garantido o anonimato.

VUNESP - 2024 - Jornalista Legislativo

A) é livre a manifestação do pensamento, sendo assegurado o anonimato do autor, para preservação da liberdade de consciência.

VUNESP - 2024 - Escrevente Técnico Judiciário (TJ SP)

E) livre manifestação do pensamento, com o devido anonimato, bem como o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

VUNESP - 2023 - Inspetor de Alunos

C) é livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato, nos casos em que o cidadão não quiser se revelar.

TEXTO DA CF

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VUNESP - 2026 - Assistente de Suporte Acadêmico II (UNESP)

Imagine que Julieta é jornalista e, imbuída do desejo de ferir a honra de José, médico endocrinologista, publicou, de forma anônima, uma reportagem no Jornal Gazeta ABC, veículo de circulação exclusivamente impressa, narrando que “o Dr. José é um grande assediador de pacientes e que costumeiramente comete erros de diagnóstico, tendo sido o responsável pela morte de uma criança de seis anos”. Apesar de as informações serem mentirosas, elas provocaram um grande dano na imagem de José, o que impactou negativamente na quantidade de pacientes, diminuindo sua receita mensal em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- A) como Julieta é jornalista, a Constituição Federal garante que ela se utilize do anonimato para proteger sua incolumidade física, não respondendo judicialmente pela prática de tais atos.
- B) como a publicação de Julieta foi feita em um veículo impresso, ela poderia ter se utilizado do anonimato.
- C) a José só seria assegurado o direito de resposta se ele fosse uma figura pública, como político ou ocupasse cargo no âmbito da administração pública, mas poderá requerer indenização por danos materiais ou morais.
- D) como a diminuição de receita mensal foi inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), José só poderá requerer indenização por dano moral.
- E) é assegurado a José o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

VUNESP - 2024 - Agente Judicial (Pref SBC)

A) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sem prejuízo da indenização por dano material, moral ou à imagem.

VUNESP - 2016 - Assistente Administrativo

C) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sendo vedada a indenização por dano moral ou material.

TEXTO DA CF

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VUNESP - 2024 - Escrevente Técnico Judiciário

A) inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo dever do Estado incentivar o exercício dos cultos religiosos, bem como proteger os locais de culto e as suas liturgias.

VUNESP - 2019 - Guarda Civil Municipal

B) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

VUNESP - 2011 - Tecnólogo de Administração (PM SP)

A) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo que o exercício dos cultos religiosos assim como os locais de culto e a suas liturgias dependerão apenas de prévio aviso às autoridades públicas.

TEXTO DA CF

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VUNESP - 2025 - Assistente Operacional II

C) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

VUNESP - 2025 - Soldado da Polícia Militar

B) é assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis, mas não militares, de internação coletiva.

VUNESP - 2022 - Aluno-Oficial

A) É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, sendo, porém, permitida livremente a realização de cultos e liturgias religiosas.

FCC - 2022 - Analista Judiciário (TRT 5ª Região)

Carlos, condenado em regime fechado pela prática de crime, encontra-se preso em uma Penitenciária Federal. Arrependido de seu crime, solicita ao diretor da penitenciária a autorização para receber a visita de um religioso a fim de proceder à sua confissão religiosa, com o objetivo de obter o perdão divino.

Contudo, o pedido é negado pela direção da penitenciária. Diante da situação hipotética acima descrita, à luz do que estabelece a Constituição Federal, a negativa da direção da penitenciária é

A) inadmissível, pois a assistência religiosa é um direito garantido pela Constituição Federal nas entidades civis e militares de internação coletiva.

B) admissível, pois a Constituição Federal consagra a laicidade do Estado brasileiro.

C) admissível, pois é vedado ao poder público estabelecer cultos religiosos ou igrejas, ou subvencioná-los.

(...)

TEXTO DA CF

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

VUNESP - 2019 - Guarda Civil Municipal

D) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo na hipótese de as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

VUNESP - 2014 - Assistente

C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

VUNESP - 2012 - Policial Penal

B) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

FCC - 2022 - Técnico Judiciário (TRT 14ª Região)

Florêncio e Nair eximiram-se de obrigação legal a todos imposta. Ele, por motivo de convicção política, e ela, por motivo de crença religiosa. De acordo com a Constituição Federal, por essas razões,

A) Florêncio e Nair poderão ser privados de direitos, ainda que cumpram prestação alternativa, tendo em vista que ninguém poderá deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

B) apenas Florêncio poderá ser privado de direitos, independentemente de cumprimento de prestação alternativa, garantida a liberdade de crença religiosa a Nair.

C) apenas Nair poderá ser privada de direitos, independentemente de cumprimento de prestação alternativa, garantida a liberdade de manifestação de pensamento a Florêncio.

D) Florêncio e Nair poderão ser privados de direitos se se recusarem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

TEXTO DA CF

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

VUNESP - 2025 - Diretor Escolar

D) É livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, exceto se houver censura ou licença formal.

VUNESP - 2024 - Jornalista Legislativo

B) a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação dependerá de prévia censura ou licença da autoridade administrativa competente.

FCC - 2023 - Técnico Ministerial (MPE PB)

Tomando conhecimento de que seria encenada uma peça teatral na cidade que retrataria uma tradicional figura cristã masculina como uma mulher negra, determinado grupo religioso requereu a proibição da estreia da referida peça, no que foram prontamente atendidos. Diante da situação hipotética apresentada, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal,

A) somente o Estado poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento em sua competência para exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

B) é admissível a proibição da estreia da peça, desde que se pretenda encená-la em local aberto ao público, hipótese em que a reunião de pessoas, ainda que pacífica, depende de aviso prévio e autorização da autoridade competente.

C) é inconstitucional a proibição da estreia da peça teatral, uma vez que é assegurada a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

D) somente a União poderia, mediante regra geral, restringir ou impedir a estreia da peça, mediante censura prévia, com fundamento na inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença.

E) somente por meio de lei é possível a censura prévia à liberdade de expressão e de criação artística, de sorte que o prefeito do município em questão não poderia ter proibido a estreia da peça de teatro.